

PROJETO DE LEI N.º 2.373, DE 2024

(Da Sra. Adriana Ventura)

Altera a Lei nº 8.212/1991 para isentar a parcela da remuneração de até um salário mínimo das bases das contribuições previdenciárias dos empregadores e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMILIA:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

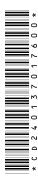


PROJETO DE LEI Nº , DE 2024 (Da Sra. Adriana Ventura)

Altera a Lei nº 8.212/1991 para isentar a parcela da remuneração de até um salário mínimo das bases das contribuições previdenciárias dos empregadores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentar o §18, do art. 22, da Lei nº 8.212/1991, com a seguinte redação:
"Art. 22
§18 São excluídas das bases de cálculo das contribuições previstas nos itens I e I do caput deste artigo, a parcela da remuneração de até um salário mínimo atentando para:
I - devem ser considerados todos os salários, independentemente do seu valor; e
 II - a exclusão não altera as condições para a contribuição do empregado.
§19. O Poder Executivo, por meio de regulamento próprio, deverá estabelecer forma de prestar informações sobre as exclusões previstas no §18, do caput dest artigo.







Art. 2º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias da data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, os empregadores contribuem com alíquota de 20% sobre o total das remunerações pagas para seus empregados. Ainda, para o financiamento dos benefícios acidentários decorrentes de riscos ambientais do trabalho contribui para a previdência social, com alíquota que varia de 1% a 3%, sobre a mesma base.

A proposta de alteração na Lei nº 8.212/1991 reflete uma abordagem voltada para a promoção da eficiência econômica e da liberdade de mercado. Ao isentar a parcela da remuneração de até um salário mínimo das bases de cálculo das contribuições previdenciárias dos empregadores, o projeto busca incentivar a geração de empregos e a formalização do trabalho de maneira mais sutil.

Essa medida reconhece a importância de reduzir o fardo tributário sobre as empresas para estimular o crescimento e a competitividade do setor privado. Ao mesmo tempo, possibilita que trabalhadores informais ingressem no mercado formal sem enfrentar barreiras excessivas, promovendo a inclusão e a proteção social.

Embora haja o reconhecimento de que essa medida pode reduzir as receitas previdenciárias, acredita-se que o aumento na formalização e na geração de empregos pode compensar esse efeito, contribuindo para uma redução da taxa de desemprego e para uma distribuição mais equitativa dos benefícios da seguridade social.

A proposta também visa a simplificação do sistema tributário, o que pode contribuir para a redução do chamado "custo Brasil", tornando o ambiente de negócios mais favorável aos investimentos e ao desenvolvimento econômico sustentável.

Dessa forma, o projeto busca equilibrar a necessidade de intervenção do Estado com a busca pela eficiência e pela liberdade econômica, promovendo um ambiente de negócios mais dinâmico e resiliente.





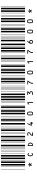


Sala das Sessões,

de

de 2024

DEPUTADA FEDERAL ADRIANA VENTURA NOVO/SP







CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

 LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO
 https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199107-24;8212

 DE 1991
 24;8212

FIM DO DOCUMENTO